A QUEIMADA E A ECOLOGIA

No processo de explicar a sua **Marília** quem era ele, que fazia, **Gonzaga** – o **Dirceu** – deixou-nos, de passagem, uma descrição sintética e antológica do que era a agricultura do seu tempo:

"Não verás derrubar os virgens matos,
Queimar as capoeiras inda novas,
Servir de adubo à terra a fértil cinza,
Lançar os grãos nas covas."

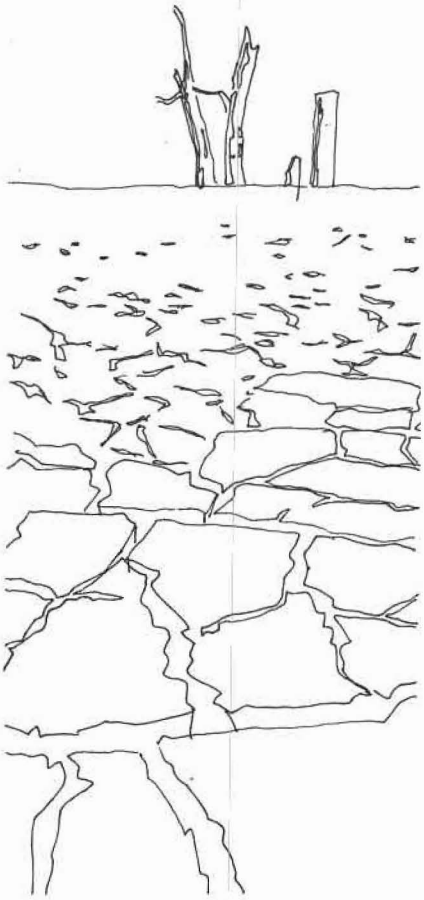
Tratava-se, evidentemente, de um processo lícito e meritório, no qual a agricultura, a produção de bens agrícolas, combinava-se com outra atividade não menos meritória, isto é, o desbravamento ou amansamento da floresta. Esta era, afinal, um inimigo a combater, porque era na selva que viviam os miasmas, as cobras, as onças e, acima de tudo, o bugre. Queimar era, em última instância, o meio de preparar o **habitat** para o homem – no sentido restrito de Homem Civilizado que, naturalmente, excluía o índio.

Passar-se-iam muitos decênios antes que outro poeta, um menino de gênio – vate, no sentido etimológico de profeta – pintasse a queimada com cores muito outras:

"Mas rubro é o céu...
Recresce o fogo em mares...
E após... tombam as selvas seculares...
E tudo se acabou..."

Refiro-me a **Castro Alves**, que, antecipando-se em muito mais de um século ao seu tempo, descrevia a queimada em termos condenatórios, dignos dos ecologistas destes fins do século XX, os jovens dos "Partidos Verdes" de vário quilate. De **Gonzaga** para cá, a natureza foi, não apenas dominada e amansada, como assassinada. Um assassinato que implica também suicídio da Humanidade assassina.





O **Brasil**, do ponto de vista agrícola, está sendo redescoberto pela terceira vez, se contamos com **Cabral** e com a epopéia bandeirante. Econômica e sociologicamente, isto implica uma revolução. Para começar, toda a problemática agrária se vê reformulada.

Com efeito, o velho latifúndio e o agricultor familiar independente – esse que deveria resultar da reforma agrária tradicional – competiam pelas mesmas terras. Terras que, por efeito do processo descrito por **Dirceu**, tornaram-se escassas. O cerrado, o pampa – salvo para fins de pecuária extensiva – e a caatinga, ou estavam fora de cogitação para fins agrícolas, ou prestavam-se muito mal a eles. Quanto à hiléia, salvo para fins de exploração florestal, que não interessa ao pequeno produtor familiar, também estava fora de cogitações.

A indústria mecânica, que supre o trator e o equipamento agrícola pesado; a indústria química, que dispensa "a queima das capoeiras inda novas", e a ciência agronômica moderna, são elas que permitiram o aparecimento de um agricultor de novo tipo. Esse agricultor de novo tipo, ou será o empresário capitalista, ou será a fazenda estatal ou cooperativa socialista – o que nos deixa apenas com a primeira opção, por-

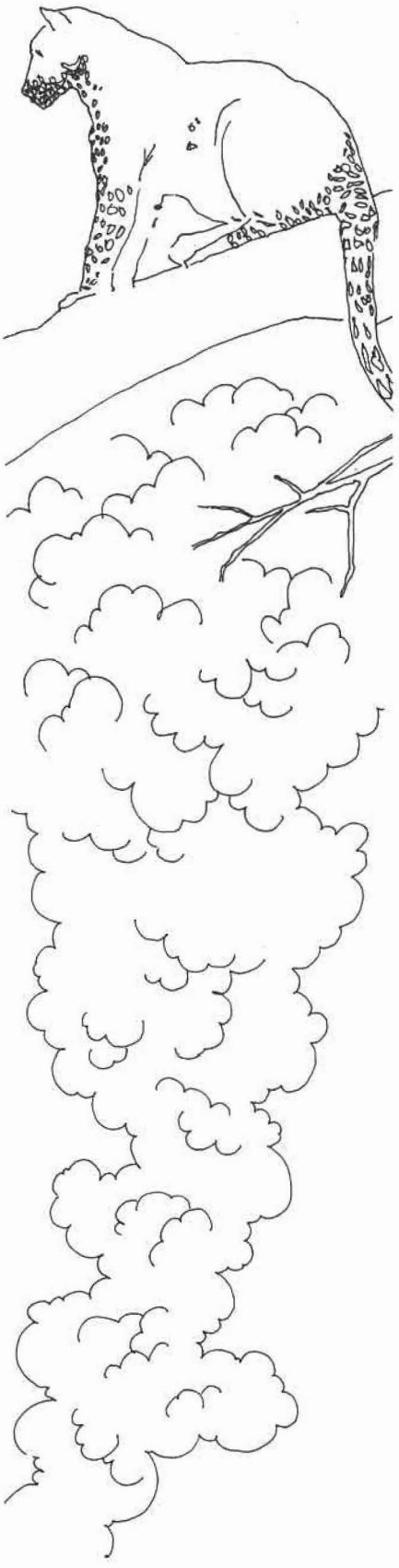
que para as outras faltam-nos condições sócio-políticas indispensáveis. De resto, como ensinava **Marx**, a história não resolve problemas não formulados.

Ora, o problema que foi objetivamente formulado, pela contraposição inconciliável entre o agricultor familiar e o velho latifúndio feudal, teve objetivamente uma solução cabal, no aparecimento de um personagem histórico novo, o empresariado capitalista agrícola, que sabe apoiar-se na indústria mecânica, na indústria química e na ciência agronômica recém surgidas. O lugar do antigo agregado, ou servo da gleba, foi tomado pelo **volante** ou **bóia-fria**, vale dizer, pelo semi-proletariado agrícola.

Esse semi-proletariado contrapõe-se, por certo, ao nascente empresariado capitalista agrícola, mas isso não quer dizer que, pelo menos no estágio presente, essa contraposição seja inconciliável. Todo um estágio do desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras ter-se-á passado antes que essa contradição se torne inconciliável. Mais precisamente, nos quadros da **4ª Dualidade**, em processo de abrir-se, os interesses fundamentais dessas duas classes sociais podem ser conciliados.

Com efeito, não é mais o monopólio da terra – como nas condições criadas pela **Abolição** – o fundamento do poder da classe dirigente. Esse fundamento é o capital, isto é, o acesso à tecnologia moderna que, por um lado, abre-lhe terras antes desinteressantes para a agricultura, e, por outro, possibilita um grande sobre-produto que, permitindo o pagamento de um salário maior do que a renda que o camponês individual poderia obter em terra própria, ainda deixa ao empresariado agrícola uma mais-valia muito considerável.

O problema inadiável que fica em suspenso é o de saber que farão o **bóia-fria** e sua família com o tempo



morto, isto é, o tempo que a fazenda capitalista não utiliza. Trata-se de um problema grave, até porque a **cidade** não tem o que fazer com a mão-de-obra liberada da agricultura pela moderna tecnologia. Ora, o desemprego urbano não é questão de somenos, até porque traz, em seu bojo, o agudíssimo problema da ordem pública, isto é, a violência urbana. Mas isso não quer dizer que dito problema em suspenso somente possa ser resolvido por via revolucionária, dado que, ao contrário do velho latifúndio feudal, o novel latifúndio capitalista pode aceitar, sem prejuízo, a reforma agrária competente, isto é, a entrega à família **bóia-fria** de um lote de terra de fração de hectare – assim como um quintal grande – onde ela possa implantar sua casa, construindo-a com o tempo livre de trabalho, e onde possa desenvolver uma agricultura e uma criação de pequenos animais, para auto-consumo.

Se a família **bóia-fria** ou **volante** tiver emprego produtivo para o que os cubanos chamavam de **tiempo muerto**, poderá reter para uso doméstico parte dos membros atualmente **ativos**, isto é, que vão buscar seu ganha-pão na fazenda capitalista. Ora, considerando que a demanda de força de trabalho por esta não tem por que diminuir, **coeteris paribus**, o resultado prático será que uma parte do presente desemprego terá sido reabsorvido pela economia rural – ou quase rural, considerando os aglomerados suburbanos ou próximos às cidades.

Segundo dados oficiais, aceitos pela **ONU**, a população urbana brasileira passou de 61,8% do total, em 1975, a 72,7%, em 1985. Em escala mundial, a urbanização passava de 38,0%, a 41,0%, no mesmo período. Neste último ano, nosso percentual de população urbana foi superior à média européia (72,0%) e à soviética (65,2%) e muito próximo da norte-americana (73,9%). A esta altura, de-

NOTA DA REDAÇÃO

Para os não-economistas, convém esclarecer que a ***4ª Dualidade*** *a que o* ***A.*** *se refere está vinculada aos* ***Ciclos de Kondratiev,*** *que marcam as fases expansivas e recessivas da economia. O* ***A.*** *deles se tem ocupado, em vários dos seus trabalhos, sobretudo em face do desenvolvimento econômico brasileiro. A literatura neste particular é pobre e o* ***A.*** *destaca, como principais obras a respeito desses* ***Ciclos,*** *as* ***Fluctuations économiques*** *(uma coleção de análises de teorias dirigida e prefaciada pelo Prof.* ***André Marchal,*** *da* ***Faculté de Droit de Paris)*** *e* ***A história econômica mundial*** *(de* ***Frédéric Mauro,*** *da* ***Université de Paris).***

O economista austríaco ***J. A. Schumpeter (Business Cycles,*** *1939) foi quem batizou os* ***Ciclos*** *com o nome do economista russo* ***Nikolai Kondratiev.*** *Eles são de longa duração (cerca de meio século), com um quartel de* ***fase a,*** *ou ascendente, e outro de* ***fase b,*** *ou descendente. Há, também, os* ***ciclos*** *mais curtos, de* ***Juglar*** *e de* ***Kitchin.***

O ***A.*** *considera os* ***Ciclos*** *não apenas fatos econômicos, mas sociais, ou seja, também fatos jurídicos, políticos, até éticos e estéticos. Situa os grandes marcos políticos da história brasileira (Independência, Abolição – República e Revolução de 1930) no decorrer das* ***fases b*** *dos* ***Ciclos*** *(1º, 2º e 3º, respectivamente) e anuncia que se está atravessando, agora, a* ***fase b*** *do* ***4º Kondratiev.***

As ***dualidades*** *básicas da economia brasileira, que se situam em dois* ***polos*** *(interno e externo), cada um deles com dois* ***lados*** *(interno e externo), podem assim ser esquematizadas:*

DUALIDADE	POLO INTERNO		POLO EXTERNO	
	Lado Interno	Lado Externo	Lado Interno	Lado Externo
1ª	escravismo	feudalismo	capitalismo mercantil	capitalismo industrial
2ª	feudalismo	capitalismo mercantil	capitalismo mercantil	capitalismo industrial
3ª	feudalismo	capitalismo mercantil	capitalismo industrial	capitalismo financeiro
4ª	semi-salariato (bóias-frias etc.)	semi-capitalismo rural	capitalismo industrial	capitalismo financeiro

Quanto aos ***Ciclos,*** *ocorreram aproximadamente nos seguintes intervalos:*

CICLO	INTERVALO
1º – a	1 790 – 1 815
1º – b	1 816 – 1 850
2º – a	1 851 – 1 870
2º – b	1 871 – 1 900
3º – a	1 901 – 1 920
3º – b	1 921 – 1 948
4º – a	1 949 – 1 973
4º – b	1 974 –



ve ser maior que a dos **Estados Unidos da América.**

Muito provavelmente, parte importante da população recenseada como urbana, embora havendo deixado de ser **rural**, não deixou de ser **agrícola.** Noutros termos, embora residindo nas cidades, ou na periferia destas, em certas épocas do ano volta à área rural, para dedicar-se a fainas agrícolas. O que estaria muito bem, se essa condição de **volante** não deixasse contingentes importantes de população privados de qualquer atividade produtiva séria.

Com efeito, a elevada taxa de urbanização de nossa população não significa que a população urbanizada em idade e condições físicas de trabalhar esteja efetivamente trabalhando, mesmo que consideremos a chamada economia informal. A menos que o banditismo – que, em 1988 respondeu por doze assaltos a bancos por dia – seja também incluído nessa economia informal. Ou mesmo que o fosse.

Trata-se, na verdade, de um teratológico **exército industrial de reserva,** ou desemprego, pura e simplesmente.

É este o problema capital, que se busca resolver pela reforma agrária. Esta implica sempre em redistribuição da terra, mas isso não quer dizer que a pequena propriedade a resultar da reforma seja sempre competitiva com a grande empresa agrícola. Nas presentes condições brasileiras, a reforma agrária acima esboçada não habilitará o pequeno produtor dela resultante a competir com a fazenda capitalista – muito longe disso. Mas permitirá ao semi-proletário auferir uma espécie de complemento de salário, que repercutirá sobre toda a economia. Em primeiro lugar, como já ficou dito, absorvendo parte da mão-de-obra hoje sobrante; em segundo, pelo dito complemento de salário (a casa, pela qual não será mister pagar aluguel, e a produção agrícola e não agrícola de auto-consumo, a ser obtida pelo emprego da mão-de-obra desviada da fazenda capitalista, assim como da mão-de-obra adolescente e idosa etc.) complemento esse que elevará o salário de base; em terceiro, porque, pelo emprego de tecnologia moderna, permitirá, não apenas o uso de terras antes ociosas, como um aproveitamento muito menos devastador dessas terras.



Isso não significa que a fazenda capitalista seja intrinsecamente conservadora da terra. Muitas das mais terríveis devastações que vimos constatando, notadamente na **Amazônia,** não se devem a pequenos produtores, mas a grandes empresários capitalistas. Mas o caso é que essa devastação não é obrigatória, no caso da empresa agrícola capitalista, visto como a tecnologia possibilita um emprego não devastador da terra, ao passo que o pequeno produtor, não tendo acesso à tecnologia moderna – equipamento mecânico, química e ciência agronômica – obrigatoriamente terá que recorrer ao método descrito por **Dirceu.**

Ignacio M. Rangel, *autor de inúmeros artigos, ensaios e livros, dentre os quais se destacam* ***A inflação brasileira*** *(4ª ed., 1978) e* ***Economia: milagre e anti-milagre*** *(1985). Colaborador de universidades, exerceu a presidência do* ***Corecon-RJ,*** *em 1983 e integrou os quadros técnicos do* ***BNDES.***